



3948 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT06 - Educação Popular

A EDUCAÇÃO DOCENTE ENQUANTO INSTRUMENTO DE LUTA POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA
Amancio Leandro Correa Pimentel - UECE - Universidade Estadual do Ceará
Antonia Solange Pinheiro Xerez - UECE - Universidade Estadual do Ceará

A EDUCAÇÃO DOCENTE ENQUANTO INSTRUMENTO DE LUTA POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA

O texto buscou entender a concepção cearense de formação docente. Para tal, foram analisados textos oficiais que baseiam seu Programa. Viu-se que os documentos se afinam a movimentos extremados em sua compreensão unicamente técnica da educação, na ânsia de “despolitizar” o pedagógico e na subserviência à lógica de mercado o que atinge a docência e a educação em geral. Diante disso, defende-se que o(a) docente junto a um coletivo diverso assuma o controle de seu processo contínuo de formação.

Palavras-chave: Formação contínua. Burocratização da educação. Mercado.

A EDUCAÇÃO DOCENTE ENQUANTO INSTRUMENTO DE LUTA POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA

INTRODUÇÃO

Em 1996 Paulo Freire disse: “a educação para hoje é a que melhor adapte homens e mulheres ao mundo tal qual está sendo. Nunca talvez se tenha feito tanto pela despolitização da educação quanto hoje” (2015, p. 109). Lembremo-nos aqui: década de 1990, anos de entrada “livre” das ideias e políticas neoliberais no Brasil, sobretudo pelas mãos do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A racionalidade no campo da educação é predominantemente instrumental e pragmática cuja finalidade é fazer a manutenção do referido ideário. Uma vez que “time is money”, “não se tem tempo a perder”, é preciso, portanto, desenvolver pessoas habilitadas e competentes. É preciso cada vez mais “enxugar” o currículo, deixa-lo somente com o necessário para capacitar à empregabilidade.

Dentro desse escopo o indivíduo ‘empregável’, ‘habilitado’ e ‘competente’ não precisa saber história, não precisa conhecer a lutas passadas, não precisa ter elementos em sua formação que lhe proporcione subsídios para discutir política, a realidade e sua transformação, não precisa ter clareza da relação dos conteúdos escolares com seus muitos “fios”, etc. O discurso dominante, que ganha adesão da sociedade por seu caráter simplista, esvazia a educação conferindo a ela exclusivamente a faceta da instrução imediatamente interessada e endereçada à composição das fileiras de cumpridores e executores, nada encorajados a fazerem reflexões que não se circunscrevam ao seu campo de ação pontual. Dentre estes se encontram os educadores e as educadoras que, por sua vez, mal formados ou treinados e instruídos dentro da mesma lógica, são quase “coagidos” a, da mesma forma, restringirem sua ação pedagógica ao estritamente técnico-didático.

O presente texto, de abordagem qualitativa tendo como ferramenta metodológica a perspectiva histórico-dialética, é fruto de uma pesquisa de mestrado que objetivou investigar o ideário em educação – com foco na formação continuada docente – presente no Programa Alfabetização na Idade Certa–PAIC, no estado do Ceará, onde atuamos. Para tal, em paralelo a um referencial teórico crítico, foram analisados dois documentos: o Relatório Final do Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo (2006) e Regime de Colaboração para Garantia do Direito à Aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) no Ceará (2012).

Durante o processo de investigação ficou patente que tais documentos (i) se pautam pela lógica, anteriormente referida, que, dentre outras “ações”, atua em favor da despolitização da educação, da “neutralidade”, da supervalorização de algumas disciplinas em detrimento de outras, denominadas de “entulhos” e; (ii) compartilham em certa medida da mesma percepção presente em movimentos extremados que hoje militam no Brasil para tornar a educação um processo limitado e burocrático.

A FALÁCIA DA “DESPOLITIZAÇÃO” POLITICA DA EDUCAÇÃO E O DESMANTELAMENTO DA FORMAÇÃO AUTÊNTICA

Dos anos 1990 em diante se viu, em nível internacional, a intensificação de ofensivas contra a educação, de acordo com Frigotto (2017, p. 29-30),

[...] este processo, no Brasil, foi largamente estimulado [por] uma equipe formada [...] nos organismos internacionais [...], e consolidou-se com a criação de institutos privados e organizações sociais [...] em torno do programa ‘Todos pela Educação’ [...], ou, em outras palavras, educação que “convém ao mercado” (idem, ibidem).

Isto é, em prol do desenvolvimento do mercado, sem que isso seja tão explícito ao senso comum, esvazia-se a educação sob o discurso de que todos se mobilizam por ela. Não é uma peculiaridade dos anos 90 que a educação tenha servido ao mercado, todavia, nunca ela foi tão orquestrada e modificada “legitimamente” para atendê-lo. Portanto, dos anos em que Freire escreveu a assertiva citada, de fato, nunca

se fez tanto, e de modo sistemático, pela despolítica da educação.

Assim, “lenta e sutilmente as preocupações com as metas a serem atingidas [...], as provas de avaliação de desempenho, as cartilhas que devem ser trabalhadas com os alunos” (BÁRBARA; CUNHA; BICALHO, 2017, p. 116) se tornaram a única ou a principal preocupação das instituições formais de ensino, conforme pudemos ver em um dos documentos oficiais analisados que supervalorizam as avaliações externas (CEARÁ, 2012). Dessa forma, tais processos “foram tomando conta do pensamento dos professores em detrimento do investimento na formação e reflexão [...]” (BÁRBARA; CUNHA; BICALHO, 2017, p. 116). Ou seja, em prejuízo da escola enquanto espaço de pensamento crítico, criação e debate; “[...] a sala de aula foi se transformando em um lugar de atuação automática e burocrática” (idem, ibidem).

Seguindo tais trilhas, com tonalidades extremadas, no ano de 2004, o advogado Miguel Nagib, “como reação a um professor de História de sua filha que comparou Che Guevara a Francisco de Assis” (idem, ibidem), idealiza mais uma investida contra a educação em seu sentido amplo: o movimento Escola sem Partido – que parece vir ganhando cada vez mais filiados, entre civis e políticos. Trazemos à tona essa discussão por compreendermos que aqui se apresenta a materialização extrema desta “militância” (política) pela despolítica da educação, presente com tons atenuados, mas germinalmente, nos documentos oficiais analisados.

A educação (de docentes e discentes), para ser genuína, deve acontecer em sentido amplo, ou seja, como formação cultural, social, política e científica. Entretanto, de acordo com as premissas do referido Escola sem partido, afirma-se que ao professor e à professora não cabe educar, mas tão somente instruir, e, portanto, estes mesmos não devem ser educados, mas treinados e instruídos dentro de uma racionalidade burocrática. A educação caberia à família e à religião. Divide-se, portanto, o processo educacional formal retirando dele parte fundamental deixando apenas o elemento técnico-pragmático, sob o tão propalado ideal de neutralidade.

Para Ciavatta (2017, p. 10) “o Escola sem Partido significa uma volta funcional e sectária aos ideólogos brasileiros conservadores e ao positivismo do início do século XX” que, no mesmo processo, buscou atacar “as universidades públicas com a justificativa de que, ao incluírem em seus currículos de formação de professores Economia, Sociologia, Filosofia, etc., ideologizam o que deve ser a formação docente – treinar para ensinar” (idem, ibidem). Além disso, o Escola sem Partido “[...] quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos” (FRIGOTTO, 2017, p. 29) cuja cartilha deverá ser seguida. Dessa forma, o que não for testável, comprovável, pragmático e (ou) gerador de resultados imediatos; será cada vez mais dispensável e até criminalizado, rotulando de manipuladores/doutrinadores aqueles que buscarem conhecer, para além do perfil do conteúdo curricular (FREIRE, 2016).

Freire (1980) em sua luta contra uma educação bancária, mecânica, estática e alimentadora da contradição professor(a)-aluno(a), defendeu que esta deveria ser feita em coletividade e diálogo. De acordo com ele o diálogo autêntico para existir não pode prescindir de: fé no humano; amor ao mundo e às pessoas; humildade (para não alienar a ignorância no outro). Assim, educadores, educadoras, educandos e educandas, em unidade, deveriam estar em torno do objeto do conhecimento para conhecerem melhor. Entretanto, tudo isso, deve ser abandonado, afinal, o Escola sem Partido, pautado nas relações comerciais é forjado na desconfiança permanente entre quem fornece e quem compra.

“A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores” (FRIGOTTO, 2017, p. 31). Isto é, a ideia é que, a tão necessária e contínua busca pela superação da contradição entre docentes e discentes, seja abandonada em nome da criação de um estado constante de desconfiança, onde discentes estarão sempre apostos para romperem com qualquer construção pautada na amizade entre ele/ela e docentes.

O idealizador do Escola sem Partido disse: “O nosso projeto foi inspirado no código de defesa do consumidor. O Código de Defesa do Consumidor intervém na relação entre fornecedores e consumidores para proteger a parte mais fraca, que é o consumidor [...]” (NAGIBI apud PENNA 2017, p. 39). Dentro dessa lógica Nagib prossegue: “da mesma maneira, a nossa proposta intervém na relação de ensino-aprendizagem para proteger a parte mais fraca dessa relação que é o estudante, aquele indivíduo vulnerável” (idem, ibidem).

Esse modo, conservador e utilitarista de ver a educação, longe de percebê-la como espaço de formação e desenvolvimento humano, a “legítima” como mercadoria. Dessa forma, há uma dissociação explícita e defendida entre o que se trabalha na escola, os conteúdos curriculares e o mundo/realidade. E caso a realidade seja abordada na escola o professor ou a professora poderiam ser rotulados como doutrinadores. O projeto de lei n° 867/2015 que estava transitando na Câmara dos Deputados – que por hora não foi aprovado –, expressa o que seria mais ou menos docentes doutrinadores, o texto diz: “você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional” (apud PENNA, 2017).

A intenção de fazer o (a) professor (a) se ater à matéria que leciona, sem relacioná-la com a realidade/mundo, em primeiro lugar, esvazia o ato de conhecer, pois os conteúdos curriculares se relacionam intimamente com a realidade; em segundo, confina a busca intelectual docente a um reducionismo burocrático e estritamente técnico-didático, além de, em terceiro lugar, conduzir o processo pedagógico à algo pouco significativo para alunos e alunas – seja crianças, adolescentes ou adultos – que tendem a se interessar mais pelo conteúdo trabalhado quando consegue ver relações entre ele e a realidade. Portanto, tem-se aqui o desmantelamento da Educação em nome (i) da defesa dos educandos e educandas e (ii) da qualidade da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando a educação de modo amplo e, portanto, radical – entenda-se radical no sentido de buscar as raízes, as razões de ser, as causas que interligam os conteúdos curriculares à realidade mais abrangente; defendemos a direção oposta ao ideário que busca reduzir a educação a puro treinamento e transmissão asséptica de conteúdos descolados da realidade. A escola é espaço intrínseco à totalidade social e, portanto, envolvida nas tramas da realidade para além dela.

O banheiro quebrado ou sem pia, a falta de merenda, as salas de aula sem infraestrutura, a ausência de lugar adequado para profissionais estudarem ou planejarem suas ações. A precariedade no entorno da escola, a falta de saneamento básico, a miséria familiar, a ausência de afetividade, a violência, a fome, o estupro. Tudo isso é sintetizado dentro da escola, nos processos de ensino-aprendizagem, na disciplina, na falta de atenção, no desinteresse, na “fragilidade” cognitiva, e tudo isso está ligado à política, a debates sobre transformação social, às bases estruturais de uma sociabilidade perversa geradora de patologias que precisa ser repensada e refeita uma vez que a história esteja em movimento e construção.

Entendemos ser fundamental que a categoria docente em defesa da educação, tome em suas mãos a sua formação, caminhando pela contramão no sentido de ir além das propostas oficiais, que em suas consequências mais profundas podem – na ânsia por “despolitizar” a educação, algo impossível de ser feito – torna-la espaço de burocratização do pensamento e desumanidade.

É preciso que haja lucidez, por parte de educadores e educadoras acerca das investidas contra a educação. O caráter simplista do discurso que fala sobre a qualidade da educação atrelada às reformas atuais, vem conseguindo a adesão de muitos e muitas da própria categoria docente. Todavia, não passam de falácias que se forjam dentro de uma racionalidade instrumental pragmática e conservadora que serve ao mercado.

Diante disso, advogamos que docentes – para terem formação ampla, para não serem joguetes de tais políticas – atrelados a estudo teórico, deveriam aproveitar os muitos *locus* de formação docente que convergem para uma formação crítica podendo ser ferramenta em favor de uma transformação paulatina dos processos pedagógicos. Dentre estes *locus* estão: a própria sala de aula, donde a realidade se apresenta a cada segundo; a interlocução com a comunidade escolar, familiares; as horas/atividade, destinadas a estudo e planejamento pessoal e individual; a participação em sindicatos e movimentos sociais que possuem potencial à educação contínua e crítica; a proximidade efetiva com instituições de ensino superior.

Portanto, resistir e romper com o ciclo vicioso atual é difícil, mas preciso. Entendemos que para tal faz-se imprescindível o diálogo autêntico e constante entre, escola, sindicatos, movimentos sociais, instituições de ensino superior, comunidades escolares com a presença real dos familiares dos educandos e educandas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁRBARA, I. S. M. S.; CUNHA, F. L. da; Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, G (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar**. Fortaleza, 2006.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Regime de Colaboração para a garantia do direito à aprendizagem**: o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) no Ceará. Fortaleza, 2012.

CIAVATTA, M. Apresentação: resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, G (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.